



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos, raça/etnia, sexualidades

Sub-eixo: Relações étnico-raciais, povos indígenas, negros/as, quilombolas, ribeirinhos e desigualdades

DESIGUALDADE SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS:

Uma análise do acesso às
políticas públicas pela população negra na cidade de São Paulo para além da
pandemia.

LAURA DOS SANTOS SILVA ¹
WELLINGTON SILVANO DE OLIVEIRA ¹
ALESSANDRA MEDEIROS ¹

RESUMO

Esta pesquisa partiu da união dos trabalhos acadêmicos de duas disciplinas curriculares cursadas na graduação em Serviço Social: pesquisa em serviço social e estudo do território. Teve como objetivo estudar a inserção territorial da população negra na cidade de São Paulo a partir do acesso às políticas públicas no território de moradia. Para tanto foram realizados levantamentos de dados em diferentes fontes oficiais, que nos permitiram concluir que a inclusão é historicamente precária e que a pandemia agravou ainda mais a situação vivenciada pelas camadas periféricas na cidade de São Paulo.

Palavras-chave: políticas públicas, território, população negra.

1 Estudante de Graduação. Centro Universitário Assunção

ABSTRACT

This research started from the union of the academic works of two curricular subjects taken in the graduation in Social Work: research in social work and study of the territory. It aimed to study the territorial insertion of the black population in the city of São Paulo from the access to public policies in the housing territory. For this, data collections were carried out in different official sources, which allowed us to conclude that inclusion is historically precarious, and that the pandemic has further aggravated the situation experienced by the peripheral layers in the city of São Paulo.

Keywords: public policies, territory, black population.

Introdução

O objetivo geral deste artigo é compreender o acesso da população negra às políticas públicas na cidade de São Paulo. Já os objetivos específicos são: resgatar a formação do território de São Paulo, a partir da concentração da população negra nos distritos da cidade, e relacionar a desigualdade social contemporânea à história do negro na sociedade brasileira.

Tem-se como pergunta-problema: Em que medida a forma como se dá o acesso às políticas públicas no município de São Paulo reproduzem a desigualdade social histórica vivida pela população negra no Brasil? A hipótese é que o acesso às políticas públicas é precário e perpetua uma história de exclusão.

O interesse pelo tema se deu ao ser observado que, na cidade de São Paulo, a população ocupante das chamadas periferias é, em sua maioria, negra e sofre com a ausência do Estado. Ausência esta materializada na deficiência ou insuficiência de políticas públicas, se comparadas a outras regiões da cidade.

O problema será abordado de forma qualitativa e, para a realização da pesquisa, foi utilizada documentação indireta, especificamente bibliográfica e documental.

Foram consultados autores que discutem a formação do território, bem como indicadores quantitativos sobre o acesso às políticas públicas na cidade de São

Paulo.

Um dos principais referenciais teóricos utilizados é o conceito de desigualdade social; esta deve ser analisada como uma herança do passado, porém, produzida e reproduzida no presente (SCHWARCZ, 2019, p.126). Schawarcz, op.cit., informa que a desigualdade tem várias faces: econômica, de renda, de oportunidades, racial, regional, de gênero, de geração e a social, presentes nos diferentes acessos à saúde, à moradia, ao transporte e ao lazer. Afirma, ainda, que o conceito de desigualdade social está enraizado na sociedade.

O que os documentos revelam

Segundo o relatório final da Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e Desafios, realizado em 2014 pela prefeitura do município, a população negra concentra-se nas periferias da cidade e em locais com poucas oportunidades de emprego. Em Parelheiros, a população negra (preta e parda) chega a 57,1%, enquanto em zonas centrais como Pinheiros é de apenas 7,3%. Nesse sentido, apresentaremos dados que retratam a incidência das políticas públicas nos bairros de São Paulo, principalmente nas periferias, as quais concentram maior número de população negra.

Uma primeira análise de indicadores apresentados no Relatório Oxfam Brasil em 2017 com tema “A Distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras”, sob um recorte racial indica que 67% dos negros brasileiros recebem até 1,5 salário-mínimo, em contraponto temos 45% dos brancos que recebem o mesmo valor. A porcentagem de pessoas negras que recebem até dois salários-mínimos chega a 80% e para cada negro que possuem renda acima de 10 salários-mínimos, há quatro brancos. Ainda, segundo o mesmo relatório, o Brasil era o País com o terceiro pior índice de Gini na América Latina e no Caribe. O índice de Gini é um instrumento que mede a desigualdade social e econômica de um País, e através de seu coeficiente é possível indicar a disparidade entre os níveis de riqueza e pobreza, sendo zero o parâmetro de menor desigualdade social e maior que um, maior

desigualdade social. Em 2021, de acordo com a FGV Social (Fundação Getúlio Vargas) o índice de Gini aumentou na pandemia atingindo 0,640 no segundo trimestre, sobressaindo-se a toda série histórica pré pandemia.

A oferta de serviços básicos como luz, água e esgoto encanados também está correlacionada a concentração de renda. A cobertura desses serviços é de quase 100% para a população mais rica, entretanto, o acesso cai para a população mais pobre. Identificamos aqui como população mais pobre a partir dos indicadores do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE) através do Censo Agro divulgado em 2017, e tendo como rendimento médio mensal per capita domiciliar de R\$ 1.511. Pretos ou pardos predominam entre os mais pobres, por faixa de renda, representavam em 2017, 75,2% das pessoas com os 10% menores rendimentos.

Outros dados que reiteram os aspectos da desigualdade é o Mapa da Desigualdade Social da “Rede Nossa São Paulo”, tal organização fundada em 2007, reúne dados de fontes públicas da cidade que chegam a indicadores em áreas raciais, educacionais, de renda, ambientais, entre outros com o intuito de contribuir na elaboração de políticas públicas.

Os dados do “Mapa da Desigualdade” de 2021 (que tiveram como ano base 2020), permitiram que fosse analisado como se dá a cobertura das políticas públicas em 2021 na cidade de São Paulo, a maior do Brasil, comparando os bairros da cidade, e tendo como indicador o “desigualtômetro”. Este indicador mostra a diferença que existe entre regiões que apresentam os melhores e os piores índices em diversos quesitos.

O relatório nas áreas de políticas públicas em temas como habitação e a existência de favelas, em bairros como Bela Vista, Cambuci, Consolação, Jardim Paulista, Moema, a incidência de favelas é zero, ao contrário acontece nos extremos da cidade em que a proporção (%) de domicílios em favelas em relação ao total de domicílios em bairros é 907 vezes maior como Brasilândia (25,41%), Jaçanã (31,39%), Vila Andrade (33,56%), Jardim Ângela (53,27%) e Jardim São Luís (68,80%).

O acesso a transporte de massa que dimensiona a proporção da população

que reside até um quilometro das estações de transporte público como trem, metro e/ou monotrilho, chega a quase 90% em bairros como República e Sé. Em 29 bairros esse acesso é de 0%, dentre esses, 18 possuem grande incidência de favelas. Portanto, é possível afirmar que a população que está nas regiões periféricas do município de São Paulo possuem mais dificuldade em locomover-se pela cidade e percorrem mais tempo para chegarem a seus destinos. Vale ressaltar que os bairros abastados vistos nesse índice não demandam de fluxo intenso de transporte público.

Em questão da saúde pública é possível compreender que o percentual de população coberta por equipes de Atenção Básica é maior em bairros como Campo Limpo, Grajaú, Jaguará, Jardim Ângela, Jardim São Luís, visto que os casos de vulnerabilidade são mais expressivos nas periferias, assim a cobertura faz-se necessária.

Na educação pública bairros como Marsilac, Lajeado e Cidade Tiradentes, as matrículas na rede pública são de quase 100% em relação aos bairros de mais concentração de renda como Moema (19,6%), Brás (18,5%), Alto de Pinheiros (11,4%) e Jardim Paulista (4,2%), o que nos remete a compreensão de que nas periferias, a população recorre exclusivamente ao ensino público para estudar, o que não acontece em distritos mais centrais.

A Oxfam Brasil em Janeiro de 2022 publicou o relatório nomeado “A desigualdade mata”, ressaltando os abismos pós pandêmicos, explicitando que a desigualdade não é um acaso, mas sim uma estrutura de “violência econômica” onde as escolhas políticas ocorrem em favor dos mais ricos. Nesse ano, os 20 bilionários no Brasil possuem mais riqueza que 60% da população, ou seja 128 milhões de brasileiros, perpetuando assim a riqueza e cerceando o direito a saúde, alimentação, trabalho e até mesmo à vida.

O Instituto Pólis analisou o impacto de óbitos durante a Pandemia de Covid-19, os quais referem a diferentes taxas de mortalidade no município de São Paulo. Nesse contexto, a pesquisa mostrou que a posição das taxas de mortalidade por população negra e branca apresenta uma proporção para mais de 57 pontos

percentuais entre negros e brancos. Dessa forma, indica que a pandemia se manifesta de modo mais abrasivo na população negra.

Quatro conceitos importantes para este estudo

O primeiro conceito importante para este estudo refere-se a políticas públicas, que podem ser compreendidas como uma “[...] ação pública no sentido de promover ou corrigir desigualdades no que se refere ao acesso dos bens públicos (tangíveis e intangíveis)” (MARIANO, 2014, p.75).

Os segundo e terceiro conceitos dizem respeito, respectivamente, ao “espaço urbano” e à “segregação”. Para tanto, recorre-se a VILLAÇA (2011); esse autor pondera que o espaço social/urbano é socialmente produzido, ou seja, não é dado pela natureza, mas engendrado pelo trabalho humano. O mesmo autor informa que:

“nenhum aspecto da sociedade brasileira poderá ser jamais explicado e compreendido se não for considerada a enorme desigualdade econômica e de poder político que ocorre em nossa sociedade. O maior problema do Brasil não é a pobreza, mas a desigualdade e a injustiça a ela associada” VILLAÇA (2011, p. 37).

Para se entender a segregação urbana, é necessário articulá-la à totalidade social, em seus aspectos econômicos, políticos e ideológicos da sociedade e a seus movimentos (VILLAÇA, 2011).

Ao decorrer deste trabalho, notou-se a importância de falarmos de outro conceito referente a políticas públicas e a restrição delas para a população aqui estudada: a necropolítica. A necropolítica é um conceito criado pelo filósofo Achille Mbembe que refere a estrutura política que decide quais pessoas devem morrer e quais devem viver e controlam a população e destroem grupos específicos, assim cria-se uma “licença para matar” tais pessoas, aqui citamos essa seleção pela estrutura racista em que estamos inseridos.

A expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar ou deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais.

Cultura negra e a formação do território em São Paulo

Pode-se afirmar que as senzalas foram os primeiros territórios negros em São Paulo, seguido pela formação dos quilombos, que se dividiam em urbanos e rurais. “Os quilombos constituíram-se enquanto territórios libertos da escravidão, onde os negros estabeleceram uma rede de socialização, sobrevivência, resistência à escravidão e puderam retomar sua autonomia enquanto sujeito e não propriedade dos senhores” (BERNARDO, 2017).

ROLNIK (1989) informa que, para além dos quilombos rurais, afastados das cidades, havia também os quilombos urbanos que se caracterizavam por serem casas coletivas com cômodos divididos por famílias negras. Acrescenta ainda que esses quilombos deram origem a territórios negros importantes na cidade de São Paulo: as várzeas e baixios insalubres dos rios Tamanduateí e Tietê.

SALES (2014) apud BERNARDO (2017) afirma que o final da escravidão coincidiu com o processo de intensa imigração de europeus; processo esse que representava o desejo do poder público de promover a miscigenação e o conseqüente branqueamento da população. Assim, acentuava-se o processo de segregação racial e territorial e fazia surgir, nas periferias da cidade, bairros proletários onde viviam negros e imigrantes.

Em todo período da história da cidade observa-se o fenômeno da periferização da população negra justamente vivendo em territórios onde a oferta de políticas públicas é menor. Logo, o negro, que vive em São Paulo, vive com menor qualidade de vida que o branco que, por sua vez, tem ocupado os distritos mais ricos da cidade.

E, nesta transição, BERNARDO (2017) afirma que “o africano, ao contrário, continuou como criatura, quanto criador” rebatendo a forma como a população negra vem sendo tratada há mais de cem anos, como mercadoria ou desprovida de qualquer coisa.

Principalmente após a abolição da escravidão no Brasil, os negros foram esquecidos e, a partir de então, fortaleceu-se a ideia de inferioridade do negro; afinal, o negro não poderia ascender em nossa sociedade dominada por brancos. Porém, os negros não esmoreceram e continuaram sua luta por liberdade. Buscavam inicialmente a fuga como a não aceitação da escravidão. Após a abolição, uniram-se e começaram a se manifestar por direitos. Grupos de resistência negra surgiram, jornais ligados à luta negra foram criados, associações de negros para ajuda aos negros. Ou seja, buscaram equiparações, lutaram para conquistar um espaço social. No entanto, os brancos, para se manterem no poder, continuaram manipulando situações a fim de manter os negros em uma posição socialmente inferior.

Alguns dados da cidade de São Paulo na contemporaneidade

A cidade de São Paulo tem 12,2 milhões de habitantes e é a mais populosa do Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. É dividida em 96 distritos em 1.521 Km². Desses distritos, vinte e um possuem de 46% a 60% de pessoas negras e pardas residentes, de acordo com a Rede Nossa São Paulo. Ao menos quinze desses distritos são periféricos e classificados como tendo altos índices de desigualdade social.

A Rede Nossa São Paulo também divulgou² que a população residente nesses distritos periféricos morre com a idade média entre 58 e 63 anos. Já em distritos mais centrais e com menores índices de vulnerabilidade, a população chega a viver entre 76 e 81 anos.

Chama atenção a presença de um distrito central da cidade de São Paulo, denominado Bela Vista que, embora esteja no centro, possui o maior indicador de adolescentes grávidas negras, se comparado às adolescentes grávidas brancas.

²REDE Nova São Paulo, Mapa da desigualdade 2021, ed. 2021 p. 37, São Paulo, outubro 2021. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Mapa-Da-Desigualdade-2021_Mapas.pdf

Nesse sentido, resgatando a história, identifica-se que o Bexiga, bairro desse distrito, foi se consolidando como um território negro quando se formou, após a libertação dos escravos, quilombos urbanos.

Há também, no distrito de Boa Vista, o maior número de domicílios em favelas (de 34 a 50%), e a maior parte da população é negra.

Destaca-se ainda, da Rede Nossa São Paulo³, dos distritos com maior concentração de pessoas negras ou pardas:

- quatorze não possuem nenhum equipamento cultural;
- um deles possui o maior índice de mortalidade infantil;
- nove possuem alto índice de agressão a mulheres;
- em sete deles, as pessoas aguardam entre 72 e 108 dias para conseguirem marcar uma consulta com um médico clínico geral.
- seis não possuem leitos hospitalares.

Com relação aos dois últimos dados, SCHWARCZ (2019) informa que, de acordo com o Censo Nacional⁴, pardos e pretos têm 56,7% a mais de chances, em relação aos brancos, de apresentar um estado de saúde classificado como “não bom”.

Um levantamento realizado por pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) indica que no ano de 2022 a porcentagem de pessoas em situação de rua cresceu em 30% chegando ao total de 32 mil pessoas, dessas 68% são negras, 87%, homens, e a maioria com idades entre 18 a 59 anos, com o ensino fundamental incompleto.

Vale lembrar, conforme (SCHWARCZ, 2019, p.127), que o Brasil foi formado a partir da linguagem da escravidão, que é, por princípio, um sistema desigual no qual alguns poucos monopolizam renda e poder, enquanto a imensa maioria não tem direito à remuneração, à liberdade de ir e vir e à educação.⁵

Ainda segundo a autora, os mais afetados são, em ordem de grandeza: pretos ou

3REDE Nova São Paulo, Mapa da desigualdade 2021, op. cit., p. 59,41,29,44

4Censo Nacional 2013.

5SCHWARCZ, Lilia Moritz. Sobre o autoritarismo brasileiro. P. 102, São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

pardos, crianças entre zero e catorze anos, mulheres sem cônjuge e com filho, mulheres pretas ou pardas sem cônjuge e com filho, e pessoas com mais de sessenta anos. Com certeza, são as mulheres negras, arrimos de família, as que mais têm sido atingidas por essa crise. (SCHWARCZ, 2019, p.130).

Essas desigualdades acarretam, por vezes, situações de inferioridade individual e social, como por exemplo, as de instrução ou fortuna, podendo, como nota Dabin, descer a um nível indigno da natureza humana (analfabetismo, miséria), e ainda permanecer em estado individual, ou dar origem a categorias sociais e agrupamentos mais ou menos organizados (burguesia, proletariado, nobreza, elites, etc), entre as quais poderá haver, ou não, circulação de indivíduos (ascensão social, mudança de escala social). (TEIXEIRA, 2011, p. 657)

Tristes considerações finais

SCHWARCZ (2019, p.175) pontua que uma profusão de estatísticas oficiais demonstra como as populações afro-brasileiras são objeto dileto da “intersecção” de uma série de marcadores sociais da diferença que acabam condicionando, negativamente, sua inclusão na sociedade, com um acesso mais precário à saúde, ao emprego, à educação, ao transporte e à habitação. Por exemplo, negros e negras sofrem com enormes disparidades salariais no mercado de trabalho. (...) O tempo de vida desses grupos é, também, desigual: em 1993, o total de mulheres brancas com mais de sessenta anos de idade representava 9,4%, e o de mulheres negras, 7,3%. Em 2007, os percentuais alcançaram 13,2% e 9,5%, respectivamente.

A mesma autora informa que os jovens negros costumam morrer antes dos demais, em virtude do menor acesso que têm aos serviços médicos e porque possuem menos condições por causa da pobreza, da falta de estrutura familiar, da exposição ao comércio de drogas, das regiões que habitam. São, portanto, vários marcadores sociais da diferença, que, colocados em relação, mostram a produção de uma realidade particularmente segregada: geração (jovens), região (periferias do país), raça (negra) e sexo (masculino).

Sem dúvida, não podemos fazer uma separação mecânica entre um problema social que afeta todos os oprimidos da sociedade, brancos e não brancos, e a questão racial. Brancos pobres e negros pobres são ambas vítimas da mesma causa. A libertação de ambos passaria pela mesma solução, mas não liberta o negro dos efeitos do racismo que, antes de ser uma questão econômica, é uma questão moral e ontológica. (MUNANGA, 1996, p.216).

Pelo exposto, pode-se afirmar que a população negra ainda vem sendo prejudicada, vivendo a ausência ou insuficiência das ações de proteção do Estado, tendo menor qualidade de vida. Nessa perspectiva, o conceito de reparação, além de categoria econômica, remete ao processo de recomposição das partes que foram amputadas, restituição e reparação estão, portanto, no próprio cerne da própria possibilidade de construção de uma consciência comum do mundo, ou seja, da realização de uma justiça universal (MBEMBE, 2018).

Dessa maneira, podemos afirmar que os objetivos deste artigo foram atingidos e as hipóteses foram confirmadas, já que a questão do negro no Brasil ainda traz resquícios da história por ele vivida neste país e continuam sendo alvo de políticas segregacionistas, residindo em territórios mais precários e tendo acesso a menos políticas públicas como: educação, saúde, cultura, habitação dentre outras.

A pergunta-problema “em que medida a forma como se dá o acesso às políticas públicas no município de São Paulo reproduzem a desigualdade social histórica vivida pela população negra no Brasil?” também foi respondida, já que o acesso às políticas públicas é precário e perpetua uma história de exclusão, respondendo a nossa hipótese inicial.

Constatamos que a questão do negro no Brasil ainda traz resquícios da história por ele vivida neste país e continuam sendo alvo de políticas segregacionistas, residindo em territórios mais precários e tendo acesso a menos políticas públicas como: educação, saúde, cultura, habitação dentre outras.

Neste sentido, a pandemia veio para agravar as condições de vida de toda a população, em especial da população negra, que, residindo em territórios periféricos, sofreram também com o acesso a atendimento médico, por exemplo.

Além da dificuldade no acesso à educação que causou déficit geral na escolaridade, segundo o atual Secretário de Educação de São Paulo em entrevista

no mês de abril de 2021, tais prejuízos podem levar 11 para serem revertidos. Já possuímos índices que retratam um cenário desigual. Entre negros e brancos, a Oxfam coletou dados coletados entre 1995 e 2015, com publicação feita em 2017, explicitando que somente em 72 anos será possível conquistar igualdade salarial entre negros e brancos. No que isso refletirá para o futuro da população negra que é maioria nas periferias, nas escolas e usuária do sistema público?

Pós-período pandêmico faz-se necessária a análise das reais condições dos equipamentos públicos e que investimento nos mesmos seja efetivado, já que por meio desses podemos trazer dignidade e emancipar a população negra e periférica da cidade de São Paulo. Para que isso aconteça é preciso que comecemos de algum lugar, a psiquiatra e psicanalista Neuza Santos (1983) nos concede uma perspectiva:

Um novo ideal de ego que lhe configure um rosto próprio, que incarne seus valores e interesses, que tenha como referências e perspectivas a História da Humanidade Negra. Um ideal construído através da militância política, como lugar privilegiado à superação da história do racismo (SANTOS, 1983, p. 44).

Por intermédio da educação é possível reeducar uma sociedade marcada por um ideal que apaga a importância das comunidades negras na construção e formação desta população e silencia de forma autoritárias suas lutas e reivindicações.

Finalmente, faz-se necessário que esta discussão alcance os profissionais de serviço social, pois além de uma compreensão histórica, estes dados levantados deverão ser considerados no cotidiano profissional em defesa do projeto ético-político da profissão.

Referências

ALMEIDA FILHO, Agassiz; MALGARÉ, Plínio. (orgs). *Dignidade da Pessoa Humana Fundamentos e Critérios Interpretativos*. São Paulo: Malheiros Editores, 2010.

BERNARDO, Terezinha; MACIEL, Regimeire; FIGUEIREDO, Janaína de. *Racismo e educação: (des)caminhos da Lei n.10.639 de 2003*. São Paulo: FAPESP, 2017.

MARIANO, Jefferson. Políticas Públicas e o Pacto Federativo. In: BONINI, Luci; PANHOCA, Ivone; CIANCIARULLO, Tamara Iwanow (orgs.). *Políticas Públicas: estudos e casos*. São Paulo: Ícone, 2014.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 2.ed. Institut Français Brasil, 2018.

MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. 1.ed. N-1 Edições, 2018.

MUNANGA, Kabenguele. As facetas de um racismo silenciado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; QUEIROZ, Renato da Silva (orgs.). *Raça e Diversidade*. São Paulo: EDUSP/Estação Ciência, 1996.

TEIXEIRA, J.H. Meirelles . Curso de Direito Constitucional. Organizadora: Maria Garcia – Florianópolis: Conceito Editorial, 2011.

ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras (Etnicidade e cidade em São Paulo e no Rio de Janeiro). *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n.17, p.29-41, 1989.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ANTOS, Neuza Souza. Tornar-se Negro ou as Vicissitudes da Identidade do Negro em Ascensão Social. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

Documentos e sites:

Oxfam Brasil “A Distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras”, Disponível em: <[efaidnbmnnnibpcajpcgicfindmkaj/https://www-cdn.oxfam.org/s3fspublic/file_attachments/relatorio_a_distancia_que_nos_une_170925.pdf](https://www-cdn.oxfam.org/s3fspublic/file_attachments/relatorio_a_distancia_que_nos_une_170925.pdf)>. Último acesso em: 27/ ago.2022.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO et al. Igualdade Racial em São Paulo: Avanços e Desafios - Prefeitura de São Paulo. Último acesso em: 27.ago.2022.

NERI, M.; SOCIAL, F. G. V. DESIGUALDADE DE IMPACTOS TRABALHISTAS NA PANDEMIA, 9 set. 2021. Disponível em: <<https://cps.fgv.br/destaques/fgv-social-lanca-pesquisa-desigualdade-de-impactos-trabalhistas-na-pandemia>>. Acesso em: 27.ago. 2022

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) - CENSO AGRO 2017. (01/2019).

<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf>. Acesso em: 27.ago. 2022

Mapa da Desigualdade 2021 - Rede Nossa São Paulo. Disponível em: <<https://www.nossasaopaulo.org.br/2021/10/21/mapa-da-desigualdade-2021-e-lancado/>>. Último acesso em: 29. ago2022.

Oxfam Brasil. Oxfam Brasil: “A desigualdade mata”, jan. 2022. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata/>>. Acesso em: 26 ago. 2022

VILLAÇA, Flávio. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, São Paulo, n.71, v.25, jan./abr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142011000100004. Acesso em: 18/10/2019.